

CARACTERIZAÇÃO SÓCIO ECONÔMICA E AMBIENTAL DA ÁREA DE INSERÇÃO DO PROJETO

O município de Itapema localiza-se na zona fisiográfica de Florianópolis e possui como limites:

- ◆ ao Norte, com o município de Balneário de Camboriú;
- ◆ ao Sul, com o município de Porto Belo;
- ◆ ao oeste com Camburiú e
- ◆ a leste com o oceano Atlântico.

A cidade fica a 55 km, em linha reta, da Capital do Estado e margeia a BR-101. O município é integrante da Associação dos Municípios da Foz do rio Itajaí-AMFRI.

A cidade de Itapema está localizada próxima a importantes pontos da infraestrutura de transporte de Santa Catarina. Num raio de 200 km encontram-se os principais portos (Itajaí e Navegantes – 36 km, São Francisco do Sul –120 km, Imbituba –138 km, Laguna –160 km) e três dos aeroportos mais importantes (Florianópolis – 63 km, Navegantes –36 km e Joinville –114 km).

Também está a menos de 500 km das três capitais dos estados do sul, e a pouco mais do que isso (509 km) de Chapecó, principal localidade do oeste de Santa Catarina.

O clima é mesotérmico semiúmido, sem estações de seca e com verões quentes e a temperatura média anual é de 18°C, com máxima de 36°C e mínima de 10°C.

A população de Itapema cresceu 50,5%, desde o Censo de 2000, apresentando uma variação superior à média de crescimento dos municípios da região no mesmo período.

A população do município é eminentemente urbana, com apenas o equivalente a 5,7% da população vivendo em área rural. (Fonte SEBRAE. Secretaria de Planejamento de SC. Dados Estatísticos Regionais -SDR Itajaí, 2010)

A distribuição da população por faixa etária revela uma população ainda jovem. Cerca de 65% encontrava-se com menos de 39 anos em 2010.

A composição da população de acordo com o sexo é equilibrada, sendo que, pelo censo 2010, o número de mulheres ultrapassa o de homens pela primeira vez no período observado.

Com relação à infraestrutura de abastecimento de água e saneamento, de acordo com o Censo do IBGE, em 2010, cerca de 98,6% dos domicílios eram abastecidos com água canalizada. Já

a rede geral de esgoto ou pluvial atingia uma parcela muito pequena da população, sendo destino de apenas 3,34% dos domicílios, quando no estado a média é de 29%.

Segundo dados do Censo 2010, 98,4% dos domicílios têm seu lixo coletado em Itapema, sendo a maior parte do restante queimada na propriedade.

De acordo com o IBGE, o número de domicílios que possuem energia elétrica em Itapema é de 5.159. Em 5.099 casos, o fornecimento é feito por companhia distribuidora (sendo 4.947 com medidor e 152 sem medidor). 60 domicílios recebem energia de outra fonte e 13 não recebiam energia elétrica. Observando o período de 2004 a 2008, Itapema apresenta uma evolução no consumo de energia elétrica superior às médias encontradas para o estado, seja no consumo total ou per capita.

Com relação aos meios de comunicação e transporte Itapema possui sinal das principais emissoras de televisão de sinal aberto, além de rádio comunitária emitida do município, além das rádios FM Pop, Rádio Amizade, Rádio Cidade e Rádio MegaHitz. e acesso aos jornais e revistas de circulação estadual e nacional.

O município conta ainda com rede de telefonia fixa e está na área de atuação das principais operadoras de telefonia móvel que mantêm operações em Santa Catarina.

Possui ainda agências bancárias dos principais bancos do país e agências dos correios.

A frota de veículos em Itapema vem crescendo significativamente, com um aumento de 234% entre 2001 e 2011. Destaca-se o incremento nos números de motocicletas e motonetas, que alcança 434% no período. A porcentagem de automóveis e motocicletas na frota mantém-se, entretanto, semelhante à encontrada no estado. O município de Itapema tinha, em 2014, 55% de automóveis e 28% de motocicletas e motonetas em sua frota, enquanto em Santa Catarina essa concentração era de 57% de automóveis e 24% de motocicletas e motonetas.

Com relação à educação o município possuía, em 2012, 3.458 alunos matriculados em instituições de ensino, dos quais 85,45% nas redes municipal e estadual e o restante em estabelecimentos privados. A grande maioria (72,44%) frequentava o ensino fundamental, distribuindo-se os demais entre creche, pré-escolar, ensino médio, especial e educação de jovens e adultos. Não existem instituições de ensino superior ou escolas técnicas profissionalizantes em Itapema.

O sistema viário do município possui as seguintes categorias funcionais das vias que o compõe:

- ◆ Rodovia -
- ◆ Arterial -
- ◆ Coletora -
- ◆ Especial-

.As Rodovias são vias com a função de conduzir, de forma expressa, o tráfego com origem e/ou destino fora do território do município.

As Arteriais são vias com a função de conduzir o tráfego nos percursos de maior distância internamente à área urbana do município.

As vias Marginais são vias paralelas e frontais às rodovias com a função de facilitar o acesso às atividades lindeiras a essas vias.

As vias Coletoras são responsáveis pela condução do tráfego entre as vias locais e as demais vias hierarquicamente superior do Sistema Viário Urbano.

As vias Locais são vias responsáveis prioritariamente ao acesso às atividades urbanas lindeiras e a condução de veículos em pequenos percursos.

Com relação à gestão dos resíduos sólidos o município conta com coleta de lixo comum e coleta seletiva que atende aos diversos bairros.

Itapema por ser uma cidade pequena não conta com muitas opções de transporte, porém o sistema público de ônibus leva aos principais os pontos de interesse da população,

No município a distribuição das faixas de renda não difere significativamente das encontradas em Santa Catarina. A maior concentração encontra-se na faixa de 2 a 5 salários mínimos. Pouco mais de 6% das famílias residentes no município vivem com menos de 1 salário mínimo.

O Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas - PNUD, estabelece para mensurar o desenvolvimento humano o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano que se constitui em uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Quando está acima de 0,8 é considerado elevado.

De acordo com o último censo do IBGE o IDHM do município de Itapema é 0,760.

O Mapa de Pobreza e Desigualdade dos Municípios Brasileiros – 2003, divulgado pelo IBGE, aponta que a incidência de pobreza em Itapema atinge 35,3% dos habitantes. A pobreza absoluta é medida a partir de critérios definidos por especialistas que analisam a capacidade de consumo das pessoas, sendo considerada pobre aquela pessoa que não consegue ter acesso a uma cesta alimentar e a bens mínimos necessários a sua sobrevivência.

O CADÚNICO - Cadastro Único para Programas Sociais, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, busca identificar as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total e é utilizado para a seleção de beneficiários dos programas sociais do Governo Federal, incluindo o Bolsa Família.

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Itapema, mais de 10% das famílias residentes em Itapema é cadastrada no CADÚNICO, beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Em Itapema, a maior parte dos postos de trabalho está em micro e pequenas empresas do setor terciário. Havia no município, em 2012 (Fonte IBGE), 985 micro e pequenas empresas, que geravam, juntas, quase 60% dos empregos.

Comércio e serviços correspondem juntos, a 82% das empresas instaladas no município e geram 71% dos postos de trabalho.

Segundo dados publicados pelo SEBRAE em 2010, não há números relativos à atividade informal nos municípios, apenas estimativas referentes a Santa Catarina. Esses dados, no entanto, podem não refletir o panorama de Itapema, devido à heterogeneidade existente entre os municípios.

A participação dos setores de Serviços e Comércio na economia de Itapema supera o estado, assim como a administração pública. Essas três atividades – Comércio, Serviços e Administração Pública – correspondem a mais de dois terços dos empregos.

O SEBRAE, em 2010, elaborou um estudo classificando atividades econômicas de acordo com sua representatividade e potencial.

O estudo utilizou três categorias: setores tradicionais, com as atividades econômicas predominantes no município, setores emergentes, com as atividades que demonstram evolução expressiva e que tem assumido maior participação na economia do município e setores com tendências de expansão, listando os setores de pouca representatividade na economia do município, mas com potencial de crescimento expressivo. Mais uma vez ficou clara a predominância do setor de serviços e comércio, embora tenham sido indicadas possibilidades de incremento de outras atividades.

A economia do município de Itapema vem crescendo continuamente nos últimos anos, graças as atividades imobiliárias, de comércio e turísticas que o município vem desenvolvendo. Apesar de o turismo ser forte apenas nos três meses de verão, esse tem sido fundamental para que a cidade continue crescendo e se desenvolvendo mais que a média do estado de Santa Catarina. Devido a esse crescimento constante, o município vem sofrendo falta de infraestrutura, estradas e saneamento básico.

A pecuária está presente com a bovinocultura, que é considerada em 80% das propriedades rurais como atividades secundárias.

A extração de madeira fica por conta de algumas propriedades, que são utilizadas como combustível para fornos e fogão, para a fabricação de carvão e beneficiamento.

Mas as duas principais atividades econômicas, que são as grandes fontes de renda da maioria da população são a construção e o turismo.

◆ Plano Estadual do Gerenciamento Costeiro de Santa Catarina

O Estado de Santa Catarina iniciou o Programa de Gerenciamento Costeiro (GERCO), em 1987. Nesta época a Zona Costeira catarinense correspondia à vertente atlântica do território do Estado, ou seja, a área compreendida entre as Serras do Mar e Geral e a faixa costeira, englobando 129 municípios (MMA, 2002).

Em 1995, o GERCO/SC redefiniu, conforme diretriz nacional, nova área de abrangência, passando a atuar nos 36 municípios que fazem divisas com o mar ou com grandes lagoas costeiras, agrupados nos setores 1-Litoral Sul, 2-Litoral Centro e 3-Litoral Norte, englobando uma área terrestre de 9.094,4 km² e mais de 5.894 km² de área oceânica.

No que diz respeito ao Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro – PMGC, não existem no Estado de Santa Catarina municípios com o referido plano. A gestão das áreas costeiras nos municípios é realizada com base no Plano Diretor Municipal.

Apesar da ausência da lei estadual em Santa Catarina, alguns instrumentos estabelecidos pelo PNGC já estão elaborados, como SIGERCO, Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro e Planos de Gestão. Esses foram desenvolvidos apenas para a região do litoral Centro-Norte do Estado, abrangendo os municípios de Bombinhas, Itapema, Itapema, Balneário Camboriú, Camboriú, Itajaí, Navegantes e Penha.

Nos municípios abrangidos pelo projeto, a população aumenta significativamente no verão, por meio de pulsos populacionais (MMA & SDS, 2002). Tais problemas comprometem as áreas estuarinas e a balneabilidade das praias, na medida em que somente 12% da população são atendidas por esgoto sanitário, sendo que 85% correspondem à utilização de fossas sépticas ligadas à rede pluvial, enquanto que o restante é lançado em fossas rudimentares e valas negras, com transbordamento em períodos de chuva, em consequência do tipo de solo e da superficialidade do lençol freático (MMA & SDS, 2002).

Segundo MMA (2002), a ausência da efetiva implantação do Programa de Gerenciamento Costeiro de Santa Catarina tem gerado a degradação dos ambientes naturais, a ocupação desordenada, conflitos de atividades e a descaracterização das comunidades litorâneas. Tais cenários problemáticos têm-se configurado particularmente nos três sub-setores da costa:

Península de Itapema e seu entorno (formada pelos municípios de Itapema, Itapema e Bombinhas, situados na parte norte do setor 2 (litoral Centro) da Zona Costeira); **Bacia do Rio Camboriú** (formada pelos municípios de Camboriú e Balneário Camboriú localizada no sul do setor 3 (litoral norte)) e **Foz do Rio Itajaí** (formada pelos municípios de Itajaí, Navegantes e Penha, também ao sul do setor 3 (litoral norte)).

◆ Projeto Orla

Um outro programa que vem contribuindo com a operacionalização da gestão costeira brasileira é o Projeto Orla, desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O referido projeto objetiva compatibilizar as políticas ambiental e patrimonial do Governo Federal no trato dos espaços litorâneos sob propriedade ou guarda da União, buscando, inicialmente, dar uma nova abordagem ao uso e gestão dos terrenos e acrescidos de marinha, como forma de consolidar uma orientação cooperativa e harmônica entre as ações e políticas praticadas na orla marítima (PROJETO ORLA, 2002).

Apesar da origem federal, o Projeto concebe o nível municipal como o seu foco de ação, tendo os governos locais como os seus agentes executivos básicos. Todavia, conforme visto, a competência legal de gestão sobre o espaço da orla encontra-se majoritariamente na órbita do Governo Federal, o que qualifica o Projeto Orla como uma iniciativa de descentralização da gestão desse espaço.

Tal transferência consubstancia-se num Termo de Convênio entre a Prefeitura do município e a Secretaria do Patrimônio da União, o qual tem o Plano de Intervenção como base de explicitação técnica (PROJETO ORLA, 2002).

São objetivos estratégicos do Projeto Orla:

- Fortalecer a capacidade de atuação e a articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla, aperfeiçoando o arcabouço normativo para o ordenamento de uso e ocupação desse espaço;
- Desenvolver mecanismos institucionais de mobilização social para sua gestão integrada;
- Estimular atividades socioeconômicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da orla.

O Projeto Orla busca, através da aplicação dos instrumentos e procedimentos técnicos resultantes do diagnóstico e implementação dos planos de intervenção, o alcance de benefícios nos três níveis de gestão territorial. Desde sua criação, foram realizados planos de intervenção em diversos municípios costeiros ao longo de todo litoral brasileiro.

O município de Itapema já iniciou a implementação da Política Pública denominada Projeto Orla, cujas diretrizes foram preconizadas no Decreto Federal 5.300/2004 e no Decreto

Estadual 3.077/2005, alterado pelo Decreto Estadual 4.015/2006.

O Projeto Orla - Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima, é uma ação conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito da sua Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MPOG) e suas ações, buscam o ordenamento dos espaços litorâneos sob domínio da União, aproximando as políticas, ambiental e patrimonial, com ampla articulação entre as três esferas de governo e a sociedade.

O Comitê Gestor Municipal, baseando-se nas diretrizes que norteia o Projeto Orla e o Plano de Gestão Integrada da Orla de Itapema - PGI tem um papel muito importante ao fortalecer a atuação e articulação entre os diferentes setores do poder público, a comunidade e a sociedade civil organizada, tão importante para o desenvolvimento de mecanismos de controle e de gestão integrada desses espaços, visando à proteção e o desenvolvimento ordenado da mesma.

◆ Plano Diretor do Município

O Plano Diretor do Município foi adequado às novas diretrizes de política urbana (Estatuto das Cidades) e à nova ordem constitucional dos municípios, dividindo o município em macrozonas, que indicam, de maneira genérica, os principais propósitos relacionados às diversas porções do território municipal. Tanto as áreas rurais quanto as áreas urbanas do município fazem parte deste macrozoneamento, caracterizadas de acordo com sua função predominante.

ASPECTOS AMBIENTAIS DA ÁREA DE INSERÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O Píer Turístico de Itapema será implantada na foz do Rio Perequê, na localidade denominada Meia Praia..

O acesso a área se faz pela Av. Nereu Ramos, via arterial pavimentada integrante da malha viária do município e ruas 321 e 323.

A área possui sistema de infraestrutura de abastecimento de água pela concessionária local, sistema de drenagem através de sarjeta e bueiros existentes e energia elétrica também fornecida pela concessionária local.

É atendida pelo sistema público de recolhimento de resíduos sólidos, onde o lixo comum, é recolhido de acordo com o cronograma da Prefeitura.

O sítio possui uma atividade náutica precária e sem sustentabilidade ambiental.

Possui alguns píeres precários para embarque e desembarque de embarcações e a guarda de embarcações é feita através da atracação em poitas.

Por estar na zona de amortecimento da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo a pesca de arrasto é proibida nas enseadas de Itapema, sendo apenas encontrada na região de inserção insignificante atividade de pesca artesanal, sendo a mesma de subsistência.

A foz do Rio se encontra bastante assoreada, o que só permite a entrada de pequenas embarcações nas marés altas.

Na margem direita do Rio, no município de Porto Belo se encontram construídas duas pequenas marinas, que tem sua atividade náutica comprometida pelo grande assoreamento na foz do Rio Perequê.

Com relação à biota marinha desta área do rio, face a poluição das águas existente e a ocupação de suas margens, encontra-se bastante descaracterizada.

De acordo com informações obtidas com pescadores locais, a ictiofauna existente na região restringe-se as seguintes espécies:

- ◆ *Mugil spp.* – Tainha
- ◆ *Micropogonias furnieri*; *M. undulatus* – Corvina
- ◆ *Caranx latus* – Xarelete
- ◆ *E, eventualmente, o Robalo -Centropomus parallelus*



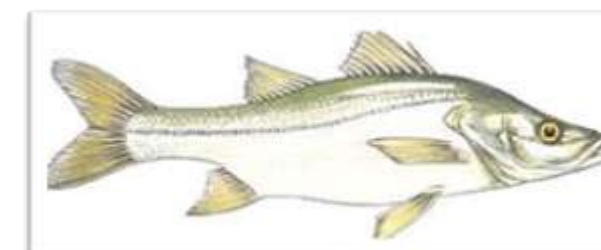
Tainha



Corvina



Xarelete



Robalo

A fauna bentônica de algum significado, encontrada no fundo lodoso e nas pedras, restringe-se praticamente a espécie *Anomalocardia brasiliiana*, conhecida como Berbigão ou Vôngole.



Berbigão ou Vôngole